

## ARTIGO

# O eterno atraso da modernidade

Rogério Studart

redacao@brasileconomico.com.br

**P**ouso no Santos Dumont. O tempo está estranhamente fechado e frio para esta época do ano. No avião que me levava ao Rio de Janeiro, vinha lendo artigos que “baixara” no meu iPad antes de embarcar. Em uma hora e meia de voo, li pelo menos seis artigos afirmando, de uma forma ou de outra, que estamos à beira do abismo econômico, sem volta e sem corda. Sinto calafrios.

Preocupa o debate econômico brasileiro atual...

Primeiramente, assustam as teses da “beira do abismo” e da “inevitabilidade da estagnação”. De fato, mesmo diante de um quadro de instabilidade internacional prolongada, o governo conseguiu implementar políticas que mantiveram taxas de desemprego em queda e a criação líquida de empregos formais. (Estes feitos seriam comemorados com fogos de artifício nos Estados Unidos, na Europa, no Japão!). E, se preocupa a balança comercial, que se tornou deficitária nos primeiros meses de 2013, temos mais de US\$ 370 bilhões de reserva, o que pode contribuir para controlar a desvalorização cambial e seus potenciais impactos adversos. Por último, se a inflação, medida pelo IPCA, mantém-se próxima ao teto do sistema de metas (6,5%), ele ainda é baixa e está em queda. Abismo?

Em segundo lugar, não parece correto dizer que houve abandono do tripé macroeconômico. Há, sim, espaços e *trade-offs* a serem considerados para lidar com as difíceis circunstâncias domésticas e externas. A rigidez que querem impor à administração do tripé contrasta fortemente com a flexibilidade e liberdade em que, no mundo inteiro, as

**Dão calafrios as análises que apontam para a necessidade de “choques” e “reformas” para enfrentar os grandes desafios**



Hippertt

equipes econômicas estão combatendo os efeitos da maior crise econômica mundial desde 1929. Neste sentido, no mínimo, é estranha a tese que alguns têm defendido de criação de um “conselho fiscal independente”. Por detrás desta proposta “inovadora” parece estar um desejo, antigo, de limitar ainda mais a capacidade de atuação das autoridades econômicas. São os economistas tupiniquins mais uma vez tentando inovar — para pior...

Em terceiro lugar, dá medo a insistência de tratar o que ocorreu nos últimos dez anos simplesmente como um boom do consumo, supostamente calcado em políticas creditícias exageradas e expansão insustentável do rendimento do trabalho. A mudança em 2003 foi, a nosso ver, mais profunda e complexa, no sentido de redefinir o papel e lugar das políticas de inclusão socioeconômica, que deixam de ser vistas como “paliativos” e passam a ser o eixo das demais políticas — macroeconômica, industrial, de habitação, de crédito etc. E quais os resultados? Uma enorme queda da desigualdade social e regional, a criação de mais de 14 milhões de empregos formais, um desemprego a 6%, e o ingresso de 50 milhões de pessoas na classe média.

Por fim, dão calafrios as análises que apontam para a necessidade “choques” e “reformas” para enfrentar os grandes desafios — de ampliar os investimentos, de melhorar a infraestrutura e a logística, de solidificar a competitividade e de melhorar os serviços públicos. Nada contra reformas: sabemos que precisamos, pelo menos, da política e da tributária. Mas, como se sabe, no passado as expressões “choques” e “reformas” foram diversas vezes utilizadas para justificar a redução ou atraso do progresso de direitos sociais, o desmonte de instituições públicas, maior desregulamentação etc. Teses assim já se demonstraram equivocadas múltiplas vezes, e em diversos países — sendo inclusive consideradas parcialmente responsáveis pela crise econômica que vive o mundo. No Brasil, ela nos levou a retardar em distintos momentos o processo de inclusão socioeconômica, além de jamais ter contribuído para o crescimento do investimento, do emprego e da renda.

Preocupam, portanto, os diagnósticos alarmistas, os prognósticos assustadores e algumas propostas supostamente inovadoras. O medo é que sejam, mais uma vez, ideias que se vestem de modernidade, mas que, em realidade, promovem o atraso e o retrocesso.

Rogério Studart é Professor da UFRJ e Diretor Executivo Adjunto pelo Brasil no Banco Mundial. As opiniões aqui expressas são pessoais.